

ARQUITETURA DO MORAR: DO VERNACULAR AO POPULAR

ARQUITECTURA DE VIVIR: DE LO VERNÁCULO A LO POPULAR

ARCHITECTURE OF DWELLING: FROM VERNACULAR TO POPULAR

SOUZA, MARESSA FONSECA E

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFV), Arquiteta e Urbanista (UFV). Professora no curso de Arquitetura Urbanismo do Centro Universitário de Viçosa, E-mail: maressa.arq@gmail.com

RESUMO

Proponho aqui uma reflexão sobre os conceitos de arquitetura vernacular e de arquitetura popular, partindo de uma perspectiva de análise sobre os espaços domésticos. Discuto as mudanças sociais e suas consequências sobre os modos de morar em cenários caracterizados como tradicionais e modernos, compreendendo a arquitetura vernacular como manifestação de processos associados a modos de vida pré-modernos, enquanto a arquitetura popular é entendida a partir de uma hibridização entre tradição e modernidade. Proponho uma análise morfológica das configurações espaciais de exemplos emblemáticos na historiografia da arquitetura doméstica colonial brasileira e os comparo com edifícios autoconstruídos em um contexto específico no estado de Minas Gerais, visando identificar características que se colocam entre o vernacular e o popular nestas produções.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura vernacular; arquitetura popular; espaço doméstico.

RESUMEN

Propongo aquí una reflexión sobre los conceptos en torno a la arquitectura vernácula y la arquitectura popular, a partir de una perspectiva de análisis de los espacios domésticos. Se discuten los cambios sociales y sus consecuencias sobre los modos de habitar en escenarios caracterizados como tradicionales y modernos, entendiendo la arquitectura vernácula como manifestación de procesos asociados a los modos de vida premodernos, mientras que la arquitectura popular se entiende desde una hibridación entre tradición y modernidad. Propongo un análisis morfológico de las configuraciones espaciales de ejemplos emblemáticos en la historiografía de la arquitectura doméstica colonial brasileña y los comparo con edificios autoconstruidos en un contexto específico en el estado de Minas Gerais, con el objetivo de identificar características que se ubican entre lo vernáculo y lo popular en estas producciones.

PALABRAS CLAVES: arquitectura vernácula; arquitectura popular; espacio doméstico.

ABSTRACT

I propose here a reflection on concepts around vernacular architecture and popular architecture, starting from an analysis perspective on domestic spaces. I discuss social changes and their consequences on the ways of living in scenarios characterized as traditional and modern, understanding vernacular architecture as a manifestation of processes associated with pre-modern ways of life, while popular architecture is understood from a hybridization between tradition and modernity. I propose a morphological analysis of the spatial configurations of emblematic examples in the historiography of Brazilian colonial domestic architecture and compare them with self-built buildings in a specific context of Minas Gerais, aiming to identify characteristics that are placed between the vernacular and the popular in these productions.

KEYWORDS: vernacular architecture; popular architecture; domestic space.

Recebido em: 13/03/2022

Aceito em: 18/07/2022

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Arquitetura, ao se distanciar dos grandes edifícios e da produção erudita, aproxima-se de uma leitura sobre os espaços de uso cotidiano, dentre os quais a casa se insere como protagonista. A partir das críticas ao Movimento Moderno na década de 1960, as interpretações sobre a Arquitetura como fenômeno cultural se ampliaram, como no caso das perspectivas sociológicas e antropológicas de leitura sobre o espaço doméstico (MONTANER, 2001). Reconhecidas as devidas limitações, a casa permitiria compreender aspectos da sociedade que a concebeu. É dentro desta perspectiva de análise da casa enquanto expressão dos processos socioculturais presentes na sociedade que arquitetos e cientistas sociais se voltaram para a análise da arquitetura vernacular, ou seja, aquela produzida por sociedades com culturas e tradições locais próprias, ou pertencentes a um contexto de pré-modernidade.

O advento da Modernidade, em sua ampla gama de fatos e interpretações, implicou em transformações nos modos de vida das sociedades, nos modos de habitar, nas lógicas construtivas dos edifícios e, conseqüentemente, na arquitetura vernacular, que também sofreria modificações neste processo. Entretanto, em que sentido estas transformações se manifestariam? Qual o lugar desta produção diante das influências globalizantes trazidas pela modernidade? Procuo aqui refletir sobre aspectos que caracterizam e diferenciam a arquitetura vernacular em um contexto pré-moderno e na contemporaneidade, a partir das transformações que alteraram as configurações dos espaços domésticos.

Neste texto, em um primeiro momento, procuro construir uma base teórica que auxilie o entendimento sobre o conceito de arquitetura vernacular, buscando também compreender como seus atributos tenderam a se modificar diante das mudanças trazidas pela modernidade, o que considero como evidências de uma arquitetura popular. Em seguida, reviso características típicas das mudanças nos espaços domésticos no Brasil, tendo como referências exemplos recorrentes na historiografia da Arquitetura Brasileira, e as principais mudanças que caracterizaram o processo de modernização refletido na casa, com o intuito de identificar como as transformações sociais alteraram a arquitetura doméstica ao longo do tempo.

A fim de compreender as relações entre tradição e modernidade nos espaços domésticos, proponho uma análise funcional de tipologias habitacionais caracterizadas na historiografia como casos típicos de edificações urbanas e rurais do período colonial, considerados exemplos da arquitetura vernacular. Por fim, traço um paralelo entre tais exemplos e tipologias habitacionais de residências autoconstruídas em um contexto específico em Minas Gerais, as quais, mais do que populares, exemplificam hibridismos de influências nas concepções dos espaços domésticos na contemporaneidade.

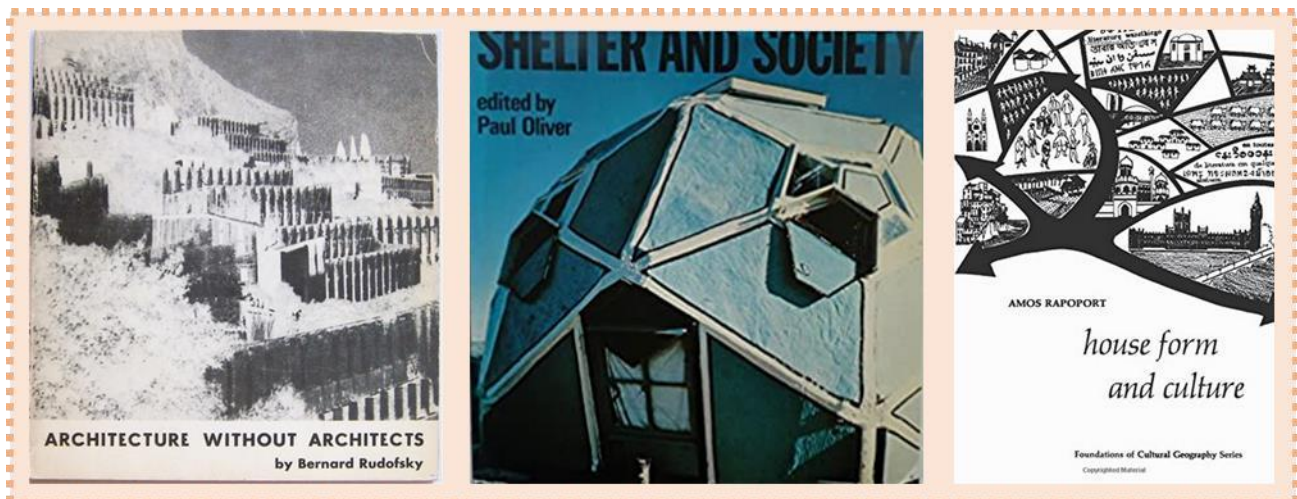
2 ENTRE O VERNACULAR E O POPULAR: O HÍBRIDO

No campo da Arquitetura, uma visão multidisciplinar nas investigações sobre os ambientes domésticos e sobre o sentido do habitar é relativamente recente, tendo ganhado espaço no século XX em consonância com a revisão de diversas disciplinas no campo das Ciências Sociais. A História, por exemplo, passou por uma aproximação com outras ciências como Antropologia, Geografia, Arqueologia, Filosofia e Sociologia, enfrentando questionamentos quanto às metodologias de estudo tradicionais e ao enfoque dado à história de grandes acontecimentos, em detrimento das realidades concretas da vida cotidiana (LE GOFF, 1995).

Tais questionamentos se aplicaram também à Teoria e à História da Arquitetura que, por muito tempo, deram ênfase à arquitetura acadêmica, aos edifícios raros ou eruditos que abrigaram os principais acontecimentos e atores da História formal. Arquitetos passaram a discutir a necessidade de ampliação do próprio conceito de Arquitetura, além de questionar a supremacia da Europa como vertente **primordial** da História da Arquitetura. A partir das críticas ao Movimento Moderno nas décadas de 1960 e 1970, houve uma aproximação teórica dos arquitetos com as Ciências Sociais, notadamente com a Antropologia, abrindo-se maiores possibilidades de se compreender a Arquitetura como um fenômeno cultural, perspectiva pouco explorada até então (MONTANER, 2001).

Na década de 1960, alguns arquitetos e teóricos viriam a contribuir para esta discussão, como Bernard Rudofsky em sua exposição fotográfica *Architecture Without Architects*, realizada em 1964¹, e as publicações de Paul Oliver (1969) e de Amos Rapoport (1969), que dissertavam sobre a habitação de sociedades consideradas tradicionais ou primitivas (Figura 1). Embora com algumas diferenças, o ponto de vista em comum era de que a Arquitetura deveria ser entendida como produto cultural de uma sociedade. O termo “vernacular” foi utilizado para caracterizar tal produção sem, entretanto, realizar uma conceituação específica, sendo utilizadas também expressões como arquitetura primitiva, tradicional, indígena, sem arquitetos, anônima, espontânea, rural ou popular, sob o entendimento de uma produção arquitetônica que prescindia de conhecimentos sistematizados em um corpo doutrinário.

Figura 1: (i) Capa do catálogo da exposição *Architecture Without Architects*; (ii) capas dos livros *Shelter and Society* e (iii) *House Form and Culture*.



Fonte: Elaborada pela autora a partir de imagens disponíveis nos sites das instituições MoMA², Amazon Books³ e Rethinking The Future⁴.

O termo em latim *vernaculus* (servo nascido em casa, nativo, doméstico) foi adotado pela língua inglesa com sentido de algo nativo, original, como o idioma nativo de um povo, sua língua vernácula. Segundo Oliver (2006), o uso deste adjetivo para a Arquitetura encontrava dificuldades pelas definições do próprio campo disciplinar, associado à figura de um *arkhitekton*, termo grego que definia o principal construtor ou chefe construtor de uma obra. Portanto, o que se considerava Arquitetura era a produção onde havia um indivíduo principal ligado à construção, concepção, elaboração e supervisão das obras. Devido às revisões ocorridas a partir da década 1960, seria possível, a partir de então, caracterizar determinado ambiente construído como arquitetura vernacular.

Para Rapoport (1969) haveria uma distinção entre arquitetura vernacular e arquitetura primitiva. Esta seria encontrada em sociedades consideradas como primitivas pela Antropologia, com características de uniformidade e permanência de tradições construtivas. Já a arquitetura vernacular seria aquela em que não existiriam pretensões teóricas ou estéticas, possuindo relações com o lugar de implantação e com o microclima e respeito ao meio ambiente natural e construído. Além disso, uma característica importante desta arquitetura seria a sua natureza não especializada, aberta, permitindo acréscimos e modificações de acordo com as necessidades. Suas qualidades estéticas viriam da tradição, de um conhecimento transmitido por gerações como uma hierarquia aceita e compartilhada pela sociedade em que estaria inserida, ainda que esta não seja categorizada como primitiva. Oliver (2006), entretanto, afirma que a arquitetura vernacular abrangeria todo tipo de construção feita em sociedades tribais, tradicionais, populares ou rurais, onde um arquiteto não tenha sido empregado no processo. Portanto, para este autor há uma convergência de sentido do primitivo e do vernacular, uma vez que considera a arquitetura vernacular como aquela em que não há a presença de um profissional com formação acadêmica especializada envolvido na construção.

A “*Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado*”, publicada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no final da década de 1990, propôs também uma definição para a arquitetura vernacular. Isto pela necessidade de obter documentações que garantissem a atuação prática de preservação e orientações para políticas patrimoniais, tendo em vista que a intensificação da globalização estaria levando ao risco de desaparecimento da produção vernacular. Como características gerais desta produção, o documento aponta a presença de um modo de construção compartilhado pela comunidade, com caráter local ou regional, que se relaciona com o meio ambiente possuindo coerência de estilo, forma e aspecto, uso de tipologias construtivas tradicionalmente aceitas, em que o conhecimento tradicional no projeto e na construção é transmitido informalmente, apresentando uma resposta eficaz às demandas funcionais, sociais e ambientais em determinado contexto (ICOMOS, 1999).

A partir das diversas caracterizações propostas, em comum se observa que a produção vernacular estaria muito vinculada à ausência de protagonismo de profissionais com formação acadêmica, ou seja, à inexistência de um projeto formal de autoria. O conhecimento sobre materiais e técnicas construtivas, forma de organização do espaço e feições estéticas do ambiente seriam transmitidos de maneira informal e reproduzidos através de práticas sociais. O trabalho de construção seria compartilhado pela comunidade ou realizado pelos próprios usuários dos edifícios, neste sentido se caracterizando como uma forma de

autoconstrução. Contudo, esta forma de autoconstrução tende a se modificar com a modernidade e em meio ao processo de globalização, mesclando tradições locais e influências transnacionais. Neste contexto, segundo Monios e Oliveira (2013), é necessário ampliar as abordagens sobre a “arquitetura sem arquitetos” acrescentando aspectos ligados à modernidade, como as transformações decorrentes da industrialização dos materiais de construção e as influências da globalização nos modos de vida e modos de morar.

Dentre diversas interpretações históricas e sociológicas acerca da modernidade, Giddens (1991) compreende este fenômeno como um estilo de vida ou organização social que emergiu na Europa do século XVII e se expandiu mundialmente. As transformações envolvidas neste processo teriam estabelecido formas globalizadas de conexão social e alterado características das sociabilidades e da vida cotidiana. Nesse sentido, a globalização pode ser entendida como um processo de alongamento de interações através do tempo e do espaço e de intensificação de relações em escala mundial, em grande parte possibilitado pelo industrialismo e pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação.

Para Canclini (2013), que enfatiza sua análise da modernidade a partir da América Latina, a globalização consiste em um processo de abertura de mercados e de repertórios simbólicos nacionais, intensificando trocas e hibridações. Este autor, que dá prioridade ao estudo da cultura, propõe a noção de culturas híbridas para compreender os efeitos da modernidade nos contextos latinos. O hibridismo proposto se refere à emergência de formas culturais *populares* através do cruzamento entre elementos tradicionais, modernos e com a cultura de massas. Neste processo, se enfraquecem as fronteiras entre o popular e o erudito, entre a cultura rural e as culturas urbanas, entre a arte e o artesanato.

É importante destacar que uma discussão sobre a ideia de arquitetura popular foi proposta por Günter Weimer na publicação *Arquitetura Popular Brasileira* (WEIMER, 2005), cujas pesquisas são de relevância na identificação e compreensão da diversidade de manifestações construtivas encontradas no Brasil ao longo da história, reunindo-as em um amplo espectro de influências culturais e étnicas. Weimer (2005) rejeita veementemente o termo *vernacular* para designar as “manifestações construtivas do povo” ou “próprias das camadas intermediárias da população”, como se refere, ainda que não haja uma definição muito clara pelo autor de quem ele compreende como este “povo”. Em sua perspectiva, a arquitetura popular se difere da arquitetura erudita, praticada pelos acadêmicos, e também das “construções miseráveis” presentes nas periferias das cidades, ou seja, das práticas de autoconstrução consequentes de um modo de produção capitalista em sociedades altamente desiguais. A arquitetura popular seria caracterizada pela simplicidade no uso de materiais locais, adaptabilidade de técnicas tradicionais de culturas distintas às circunstâncias regionais, criatividade na imaginação formal e no emprego dos materiais, e pela maneira de encarar o fenômeno da construção, que tem sua forma plástica resultante dos tipos de materiais e técnicas empregados.

Outras considerações sobre a arquitetura popular foram realizadas por Monios e Oliveira (2013), que compreendem esta produção como uma manifestação híbrida do vernáculo, onde se identificam aspectos da tradição mesclados com a modernidade. O desejo de personalização da moradia, o processo de individualização, o emprego de materiais de construção industrializados e o consumo em massa de objetos de uso doméstico amplamente divulgados pela mídia são alguns dos aspectos que caracterizariam esta produção na contemporaneidade. Além disso, no ponto de vista destes autores, esta arquitetura também abstrai a participação de arquitetos ou outros profissionais com formação acadêmica, se identificando com a autoconstrução no contexto da cidade capitalista.

Refletindo sobre as perspectivas até agora apresentadas, nesta análise considero que há uma distinção entre a *arquitetura vernacular* e a *arquitetura popular* que, de certa forma, é cronológica, mas também é contextual. Identifico o vernacular com as produções ocorridas em contextos pré-modernos, tradicionais ou pouco “contaminados” pelo processo de modernização/globalização capitalista. O popular, entretanto, compreendo como as manifestações que se hibridizam na modernidade, são produções que empregam materiais industrializados, construídas sem a participação de profissionais acadêmicos e utilizam de um saber-fazer que mescla influências tradicionais, como as presentes em contextos rurais.

Não é meu objetivo aprofundar discussões sobre o rural e o urbano, contudo, identifico na habitação popular influências de um vernacular muito ligado às tradições mantidas no meio rural, que foram transportadas para o meio urbano por seus migrantes. Considero que estas tradições são características da arquitetura vernacular, marcada por certas características já identificadas pela historiografia da arquitetura brasileira, como caracterizado a seguir.

3 A “CASA BRASILEIRA” E AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE

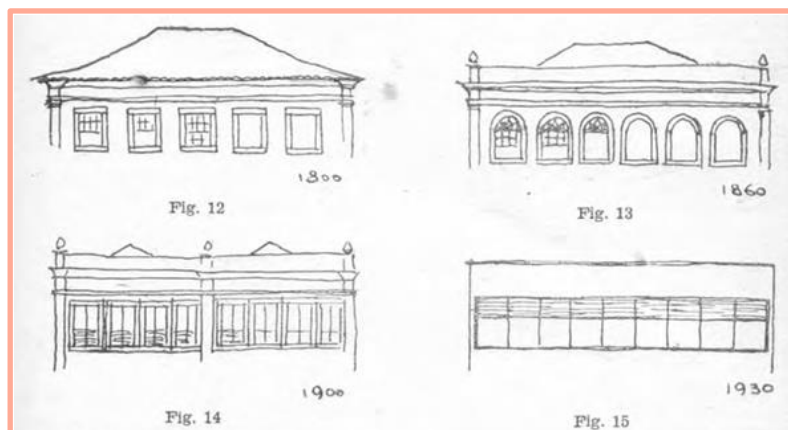
Segundo Oliveira (2001), a história da arquitetura brasileira identifica-se com a história do cotidiano e com as investigações sobre a arquitetura vernacular, uma vez que, à exceção de edifícios administrativos ou religiosos, pelo menos por quatro séculos as paisagens urbanas e rurais do Brasil foram caracterizadas pelo trabalho da população. A arquitetura doméstica foi constituída pela mescla do saber-fazer construtivo e dos modos de habitar de portugueses, índios e escravos, entretanto, por muito tempo não houve valorização destas construções por parte dos profissionais que passaram a ter formação acadêmica na disciplina.

No século XIX, quando a formação dos arquitetos foi oficialmente sistematizada e os gostos burgueses passaram a ser cada vez mais influenciados pela modernidade, a arquitetura tradicional foi ofuscada pelos temas europeizados, pela arquitetura eclética e pelos modos de vida burgueses (TEIXEIRA, 2008). A entrada de produtos estrangeiros no mercado e o processo de industrialização do país, no início do século XX, levaram à divulgação e valorização cada vez maiores dos produtos industrializados. Materiais de construção como o tijolo cozido e o cimento se tornaram sinônimos de execução rápida e baixo custo, em detrimento de técnicas construtivas tradicionalmente consolidadas durante séculos, como a taipa, e do uso de materiais locais.

Uma valorização da arquitetura doméstica tradicional ocorreria a partir do primeiro quarto do século XX, em conformidade com a ascensão de movimentos nacionalistas. Esta valorização também ocorreu por parte de alguns defensores das artes plásticas e arquitetura modernas como Lúcio Costa (1937), que exaltava tanto a arquitetura moderna quanto a origem popular da arquitetura civil, por ele definida como herdeira de um processo de evolução da tradição construtiva popular portuguesa, adaptada no Brasil e preservada por construtores e mestres de obras (Figura 2). Costa descreveu esta arquitetura como arte do povo desenvolvida naturalmente e enfocou a importância do tema da arquitetura doméstica pelas lições construtivas e espaciais que ela poderia fornecer aos arquitetos modernos.

Figura 2: Ilustrações de Lúcio Costa no artigo Documentação Necessária.

Evolução da arquitetura civil e das aberturas nas fachadas, com qualidades comparadas aos paradigmas modernistas.



Fonte: Portal do IPHAN⁹.

Seguindo esses passos, no estudo da história da arquitetura brasileira, autores se voltaram para o estudo do ambiente doméstico, não só com objetivo de investigação formal como também para compreender como ocorriam as sociabilidades nos ambientes residenciais e seus reflexos na organização social. Como apontado por Gilberto Freyre (1979), não há um modelo de “casa brasileira”, mas uma multiplicidade de conceitos, configurações e identidades arquitetônicas de acordo com os contextos espaciais, sociais e econômicos em que se inserem. Partindo destas múltiplas manifestações, os apontamentos sobre características de residências urbanas e rurais no período colonial que serão realizados a seguir ocorrem não no sentido de se identificar um padrão, mas elencar aspectos que auxiliem a compreensão sobre uma certa evolução nas configurações da moradia e dos modos de morar no Brasil.

Nas cidades fundadas durante o período colonial, o modelo de conformação e ocupação de lotes urbanos permaneceu praticamente inalterado, baseado em tradições urbanísticas portuguesas. Segundo Marx (1991), os lotes eram objeto de concessão em um sistema que enfatizava mais a metragem linear da fachada de acesso à rua do que a própria área do terreno. O tecido parcelar que resultava desse sistema era constituído por lotes estreitos, profundos e de geometria não muito regular, sendo que as ruas eram definidas pela conformação dos casarios. A principal forma de ocupação consistia na concentração da

construção na parte frontal dos lotes e sem afastamentos laterais ou frontais, sendo que a parte posterior do terreno se constituía em um espaço livre, conformando os quintais das residências.

Nas construções, as coberturas eram solucionadas através de telhados de duas águas, com beirais voltados para a rua e para os fundos do lote, de maneira que as paredes frontais e posteriores eram protegidas pelos beirais, e as paredes laterais, pelas próprias construções vizinhas. Segundo Reis Filho (1978), o caráter incerto ou provisório da ocupação inicial dos primeiros núcleos urbanos brasileiros levou a uma ocupação pragmática, de maneira que as construções se caracterizavam pelo aspecto simples e pela funcionalidade, apresentando poucos elementos decorativos. As fachadas denotavam diferenciação social, pois quanto maior o número de aberturas ou seu comprimento, maior o prestígio do proprietário, portanto se concentrava nelas a maior preocupação formal.

A disposição dos cômodos nas residências possuía poucas variações. Nas casas térreas, os cômodos voltados para a rua constituíam-se de salas ou lojas e aos fundos se localizavam os cômodos de serviços, onde era mais comum a permanência de escravos e das mulheres. Ao centro se situavam as alcovas ou quartos de dormir, ambientes sem aberturas e destinados a permanência noturna, ou à instalação de uma capela ou despensa (ALGRANTI, 1997). A circulação ocorria por meio de um corredor longitudinal que ligava a porta da frente aos cômodos dos fundos, geralmente apoiado em uma das paredes laterais ou disposto ao centro, nas casas maiores.

Mesmo com a variação de largura dos terrenos e do tamanho das residências, a disposição dos cômodos costumava ocorrer de maneira semelhante. Nos sobrados se observavam algumas diferenças, embora poucas variações em relação à distribuição dos cômodos. O térreo era destinado ao público e aos escravos, com a presença de comércio, oficinas ou salas, corredor de acesso ao quintal e a circulação vertical. Nos andares superiores se encontravam a sala, voltada para a rua, as alcovas ao centro e as áreas destinadas aos serviços nos fundos, sendo que nos sobrados com três pavimentos a cozinha poderia se localizar no último andar.

No meio rural as variações nas tipologias habitacionais foram maiores devido à liberdade de implantação dos edifícios, alterando-se a configuração espacial de acordo com as condições naturais do terreno. Certas características comuns podiam ser encontradas nos edifícios mais representativos, como nas sedes de fazendas de engenho e nas casas bandeiristas. A partir do século XIX, contudo, influências neoclássicas passaram a se fazer presentes, principalmente nas sedes de fazendas cafeeiras. Além da edificação residencial principal, muitas fazendas contavam com a presença de outras edificações como capelas, senzalas e anexos necessários para a produção agrícola (REIS FILHO, 1978).

Nas edificações residenciais dos proprietários, as alcovas se encontravam geralmente dispostas ao centro, ao redor da sala, sendo os quartos das meninas e moças rodeados pelos quartos dos mais velhos. As áreas de serviço eram voltadas para os fundos da edificação, comumente com uma cozinha ampla. Característicos da arquitetura rural portuguesa, os alpendres eram uma constante na parte frontal das casas, podendo ser ladeados por capelas localizadas no corpo da edificação. Serviam como uma forma de amenização climática e como local de recepção de visitantes, representando uma área de triagem em relação aos que poderiam receber permissão para entrar, além de um espaço de vigilância e lazer.

Esta conformação espacial das residências levou a interpretações sobre os modos de vida e as sociabilidades das famílias na sociedade colonial. A “sociologia da casa” proposta por Gilberto Freyre (1979) buscava identificar a relação entre a configuração espacial e a sociedade patriarcal e escravocrata que se consolidou na colônia. Enquanto a vida social era filtrada na sala ou na loja e, nas fazendas, no alpendre, a reclusão feminina era conformada nas alcovas e nos ambientes de serviço voltados para os fundos; escravos e as mulheres realizavam os serviços diversos nas cozinhas, espaços amplos voltados para o quintal.

Algranti (1997) destacou a cozinha como exemplo de transformação no espaço residencial, uma vez que inicialmente eram erguidas nos fundos do terreno, separadas do corpo das edificações. O hábito de cozinhar ao ar livre, devido ao clima, pode ter favorecido esta separação, entretanto também se identifica um sentido de divisão de espaços entre senhores e escravos. A autora relatou a presença de casas com duas cozinhas: a “limpa” dentro da casa, e a “suja” do lado de fora, onde se procediam às tarefas mais pesadas e menos higiênicas. Com o passar do tempo e com as alterações nos modos de vida, as refeições se tornariam momentos mais importantes de reunião familiar, favorecendo a localização da cozinha no interior das casas.

O quintal era também um espaço importante no cotidiano doméstico, embora localizado fora da residência. Nele ocorria o cuidado de animais e o fornecimento de elementos para o funcionamento da “indústria doméstica”, essencial no contexto do sistema colonial: “Árvores e plantas forneciam gordura vegetal para a cozinha e para os candeeiros, além de matéria-prima para as mezinhas caseiras. Nos quintais criavam-se

também aves e porcos, e neles se instalavam galinheiros e currais” (ALGRANTI, 1997, p. 92). Geralmente nos quintais se encontravam anexos ou puxados rústicos para usos diversos, como senzalas, secreta ou casinha para abrigo de fossas, moenda, monjolo, casa da farinha e locais de armazenagem de utensílios e alimentos, sendo que principalmente as mulheres passavam boa parte do tempo nessas dependências.

Dos quintais, hortas e pomares vinham os alimentos básicos para a mesa dos colonos, já que a economia colonial era voltada para o exterior, fazendo-se necessária a cultura de certos produtos de uso cotidiano. Dessa forma, a casa se conformava não apenas como uma unidade de consumo, mas como unidade de produção de bens para a subsistência familiar, configurando-se como local de moradia e trabalho. As características da organização familiar, nesse sentido, também contribuíam para uma lógica de trabalho e de consumo concentrada na família extensa, de forma que, além dos numerosos filhos, os escravos também habitavam nas casas. Esta é uma característica da habitação pré-moderna apontada por Ryczynski (1996), que assinala também a pouca compartimentação de ambientes nas casas e a sua multifuncionalidade, com escassez de móveis ou flexibilidade de objetos que davam lugar às diversas atividades que ocorriam ao longo do dia.

Dessa forma, ao se estudar as residências coloniais, nem sempre a função atribuída a determinados cômodos seria compatível com as atividades de fato desempenhadas pelas pessoas nos ambientes. A caracterização de cômodos em áreas social, íntima e de serviços pode, nesse sentido, não ter a correspondência exata quanto ao uso dos espaços, contudo se tornou uma constante na análise das residências coloniais. A respectiva disposição de cômodos sociais, de uso íntimo e de realização de serviços domésticos aponta também para um tipo de sociabilidade que opunha os espaços públicos, com protagonismo dos homens, e os espaços privados, destinados às mulheres e criados.

As principais mudanças nos espaços domésticos no Brasil ocorreram a partir do século XIX, com o fim do período colonial e com diversas mudanças de ordem política e social ocorridas no país. As influências mais amplas da modernidade na forma de organização do espaço se fizeram mais presentes, as noções de intimidade e privacidade se desenvolveram e o processo de individualização e privatização se refletiu no ambiente construído. As mudanças estruturais na sociedade e na economia contribuíram para este processo, com a separação entre casa e trabalho, a redução do número de membros das famílias e as mudanças no trabalho doméstico pela inserção de novas tecnologias na habitação. Principalmente a partir dos padrões de moradia da nobreza e da burguesia, o espaço doméstico se modificou no sentido de uma maior especialização, com uma diversidade de ambientes designados para atividades específicas, permitindo a setorização de funções (RYBCZYNSKI, 1996).

No Brasil, as aspirações aos modos de vida europeus foram marcantes alterando a configuração e a utilização dos ambientes da casa, principalmente após a chegada da Família Real. Ao tratar da moradia burguesa da elite de São Paulo no final do século XIX e início do XX, Carvalho (2008) se refere ao palacete ou à “casa moderna” como a moradia em que as áreas pública, privada e de serviços passaram a estar mais bem definidas. Estas residências passaram a ser construídas a partir de projetos realizados por arquitetos, marcados por influências acadêmicas e realizado uma produção eclética, em contraposição ao saber construtivo empregado nas moradias coloniais.

As casas se tornaram parte de novas práticas de consumo associadas ao novo modo de vida burguês que se instaurava, baseado no consumo privado para a construção de identidades sociais. Em um processo de industrialização e modernização que o país começava a se inserir, o consumo de objetos na casa se abriu como uma perspectiva de mercado, além disso, os objetos se tornaram eficazes no atendimento de necessidades individuais e expressões de *status*, manifestando-se como símbolos de distinção social. Esta distinção poderia ser percebida, a partir de então, pelos tipos de cômodos presentes na casa, nos objetos de decoração, nas cores, formas, arranjos de mobiliário, pela relação entre a localização dos cômodos internos, dentre outros aspectos.

Carvalho (2008) aponta para distinções de gênero nas características e usos dos cômodos, de maneira que ambientes masculinos seriam confortáveis e sóbrios, inspirados na tradição inglesa de decoração atribuída à sala de jantar, ao hall e ao escritório; estes ambientes representariam a figura sólida do homem como o chefe da casa, provedor de estabilidade e segurança, sendo que neles seriam desenvolvidos rituais de legitimação da família. Já os ambientes caracterizados como femininos – sala de visitas, quarto feminino – se apresentavam com ornamentação de inspiração francesa. Nas salas de visitas eram exibidas as habilidades femininas na conversação, música e literatura; o contexto decorativo do ambiente era procurado como a maneira natural de apresentação da mulher, havendo uma contiguidade entre corpo feminino e objetos domésticos, inserindo a mulher em um fundo decorativo que não necessariamente a valorizava.

Segundo Veríssimo e Bittar (1999), a partir do século XX uma série de mudanças políticas, econômicas e urbanas transformaria a casa em um bem de consumo de mercado, inserindo no ambiente residencial

equipamentos tecnológicos, ao mesmo tempo em que a área de cômodos tradicionalmente amplos se reduzia. O mercado imobiliário e os meios de comunicação passaram a anunciar ambientes como sinônimo de qualidade de vida e status social, com o objetivo de agregar valor ao produto moradia. Ao mesmo tempo em que relações sociais foram fragmentadas em espaços cada vez mais individualizados e personalizados, antigas relações segregacionistas permaneceram nos ambientes de serviços, como quartos de empregada e acessos diferenciados para moradores e empregados em edifícios de apartamentos.

Embora as influências dos modos de morar burgueses tenham se difundido para as residências das classes mais baixas, principalmente através da mídia, é possível afirmar que as restrições econômicas limitaram as alterações na configuração dos espaços. De uma maneira geral, desde as senzalas aos mocambos, as casas dos pobres no Brasil foram caracterizadas pelo tamanho reduzido e pela sobreposição de usos e funções nos ambientes. As desigualdades sociais demarcaram diferenças na apreensão da modernidade entre as classes sociais, sendo possível encontrar realidades contrastantes nas condições de habitação da população brasileira:

[...] encontramos a casa colonial na casa do caboclo, a senzala nas precárias instalações dos cortadores de cana ou colhedores de laranja, a casa-grande nas grandes residências de veraneio com casa de empregados ao fundo. Mas também é possível nos depararmos com soluções contemporâneas como os “apart-hotéis” ou “lofts” pós-modernos informatizados ou ainda confortabilíssimos apartamentos triplex nos bairros-jardins paulistas (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 129).

Uma vez que procuro realizar aqui uma análise entre as fronteiras do vernacular e do popular, considero que, apesar dos diferentes contextos sociais e econômicos, a habitação popular na contemporaneidade mescla aspectos da tradição e da modernidade.

4 PROPOSTAS DE ANÁLISE: RESIDÊNCIAS VERNACULARES E POPULARES

Segundo Pereira (2012), é possível fazer uma análise do espaço doméstico a partir da identificação do tipo ou função de cômodos e do número dos mesmos, que varia em função da época de construção da casa e que fornece sentidos sociológicos sobre a sociedade em que está inserida. As diferentes formas dos compartimentos e como se estruturam, como se relacionam e a hierarquia entre eles, configuram padrões vinculados aos modos de vida dos moradores e da concepção que os produtores da habitação têm sobre a família. O significado sociológico do espaço doméstico pode ser interpretado pelas relações entre os espaços, identificando-se o tipo, número e área das várias divisões que compõem a casa, a localização e posição de cômodos em relação ao conjunto, a forma como se agregam determinadas áreas ou zonas, além da relação de permeabilidade ou separação que se estabelece entre os cômodos ou entre áreas de circulação.

A partir desta perspectiva, propõe-se realizar uma análise morfológica da configuração espacial de modelos habitacionais brasileiros através da análise de plantas baixas de moradias vernaculares e moradias populares. Correspondendo à arquitetura vernacular, foram selecionados modelos de habitação existentes no período colonial, inseridos nos contextos rural e urbano. No que se refere à arquitetura popular, são apresentadas residências autoconstruídas em um contexto urbano de uma cidade média do estado de Minas Gerais.

A escolha das residências autoconstruídas se fez a partir de uma pesquisa anteriormente desenvolvida, que buscou identificar as relações dos modos de vida e modos de habitar com a conformação do espaço doméstico autoconstruído pela população de baixa renda. A investigação foi realizada no município de Viçosa – Minas Gerais, especificamente nos bairros Nova Viçosa e Posses, onde a autoconstrução incremental de moradias é a forma majoritária de provisão da habitação. Como alguns resultados principais desta investigação foram verificados a influência acentuada de restrições econômicas no processo de autoconstrução da moradia, continuidades de referências ao modo de vida rural dos habitantes, hibridismos entre tradicional e moderno nos modos de vida e modos de habitar, grande número de ampliações, coabitação em terrenos e residências, desenvolvimento de atividades produtivas nas moradias, dentre outros aspectos (SOUZA, 2017).

Para se proceder a análise e discussão foram elaborados os Quadros 1 e 2 contendo as plantas baixas das residências, onde se identificam cômodos e acessos principais. Propõe-se uma demarcação gráfica em cores, de acordo com as funções dos ambientes (social, íntimo, serviços e circulação), ressalta-se que esta setorização parte de uma concepção moderna da casa e que os usos dos espaços nem sempre correspondem às funções que lhe foram atribuídas, portanto a análise se pauta mais nas funções formalmente designadas aos ambientes do que seus usos de fato. São descritas as características da organização espacial, bem como a caracterização das áreas social, íntima e de serviços.

Residências vernaculares

O Quadro 1 demonstra a configuração dos espaços residenciais de moradias coloniais, sendo elas:

- Tipologia de casa térrea, especificamente casa de morada inteira (quatro janelas alinhadas na fachada, dispostas simetricamente em relação à porta);
- Tipologia de sobrado de dois pavimentos,
- Tipologia de casa-grande ou sede de engenho, representada pela residência-sede da Fazenda do Viegas ou Engenho da Lapa, no Rio de Janeiro – RJ;
- Tipologia de casa bandeirista ou casa rural paulista, representada pela residência sede do Sítio do Padre Inácio, localizado em Cotia – SP.

Quadro 1: Conformação espacial de modelos residenciais do período colonial no Brasil.

| | CASA TÉRREA Modelo de casa de morada inteira | SOBRADO Modelo com dois pavimentos | CASA-GRANDE Engenho da Lapa (Rio de Janeiro, RJ) | CASA BANDEIRISTA Sítio do Padre Inácio (Cotia, SP) |
|---|--|---|---|--|
| Planta Baixa Legenda: Social Íntimo Serviços Circulação Acesso | | | | |
| Contexto | Moradia urbana, séculos XV-XVIII | Moradia urbana, séculos XV-XVIII | Moradia rural, século XVIII | Moradia rural, século XVIII |
| Características da organização espacial | Retangular, longitudinal, presença de anexos aos fundos | Retangular, longitudinal, dois pavimentos, corredor lateral de acesso à residência | Quadrangular, centralizada | Quadrangular, centralizada, ausência de comunicação entre cômodos |
| Caracterização área social | Transição casa/ rua, público/ privado; recepção; seleção de visitantes | Convívio social no salão | Centralidade da sala; alpendre, capela e quarto de hóspedes como áreas “públicas”, acomodavam viajantes | Centralidade da sala como acesso aos demais cômodos; alpendre, capela e quarto de hóspedes como áreas “públicas”, acomodavam viajantes |
| Caracterização área íntima | Espaços poderiam ser usados como dormitório, capela ou despensa | Comunicação interna entre alcovas, concentração dos cômodos íntimos, convívio familiar na “sala de viver” ou sala de jantar | Quartos de meninas ladeados pelos quartos dos pais | Ausência de comunicação entre cômodos, quarto com janela voltada para capela |
| Caracterização área de serviços | Comunicação com o quintal, presença das cozinhas “limpa” e “suja” | Loja ou escritório evitava a entrada de estranhos no convívio familiar; cozinhas poderiam estar localizadas no sótão em sobrados com 3 pavimentos ou mais | Presença de diversos compartimentos que serviam ao funcionamento da produção agrícola | Poderia haver acesso por escada móvel a um jirau (forro que funcionava como despensa) e acesso ao exterior através da cozinha |

Fonte: Quadro e ilustrações elaborados pela autora a partir de Reis Filho (1978).

Há uma diferenciação morfológica evidente entre as moradias rurais e urbanas, que ocorre principalmente pelas características dos lotes, sendo que no contexto rural não se aplicam padrões fundiários. As residências urbanas possuem característica de ocupação longitudinal do terreno e com um formato retangular, evidenciando a transição entre o público e o privado ao longo da casa, pela presença das salas na parte frontal da edificação, seguida das alcovas e área de serviços, recorrendo-se ao corredor para a circulação. Nas moradias rurais, os alpendres são responsáveis por esta diferenciação entre o público e o privado, sendo que neles que se exercia a hospitalidade aos viajantes, que se acomodavam em redes ou em quartos de hóspedes, que não possuíam comunicação com interior da casa.

As moradias rurais se apresentam em uma configuração mais próxima ao quadrangular, sendo que o espaço da sala é centralizado; na casa bandeirista não há circulação por meio de corredores, de maneira que todos os cômodos internos são voltados para a sala. A área de serviços se encontra nos fundos, podendo haver comunicação com o exterior da moradia e com construções anexas.

Residências populares autoconstruídas

O Quadro 2 apresenta a configuração espacial das residências autoconstruídas. Como caracterização dos moradores foi identificado que metade das famílias possuem origem rural; as condições de emprego dos moradores são em sua maioria informais, sendo que a realização de atividades de trabalho no ambiente doméstico se faz necessária para complementação da renda de algumas famílias. A trajetória habitacional de muitos consistiu em moradias alugadas ou cedidas, que eventualmente apresentavam condições de precariedade construtiva; insegurança de posse e despejos, em alguns casos.

Quadro 2: Conformação espacial de residências autoconstruídas.

| | MORADIA A | MORADIA B | MORADIA C | MORADIA D | MORADIA E | MORADIA F |
|---|---|---|--|--|--|---|
| Planta Baixa Legenda: Social Íntimo Serviços Circulação Acesso | | | | | | |
| Contexto | Casa doada aos moradores; adições posteriores feitas pelo morador; 9 residentes | Casa construída como anexo à residência de familiares; adições de cômodos feitas pelo morador; 4 residentes | Construção feita por pedreiros de origem rural; possui segundo pavimento (outra moradia) e terraço; 2 residentes | Construção feita “cômodo a cômodo” ao longo dos anos pelo morador; possui segundo pavimento (em construção); isolamento de parte da moradia para aluguel; 2 residentes | Construção feita pelo morador; ampliação planejada via assessoria técnica; 5 residentes | Planejamento feito por pedreiro prevendo ampliações; possui segundo pavimento (em construção) e terraço; 3 residentes |
| Características da organização espacial | Inicialmente quadrangular centralizada; ampliações nos fundos, lateral e frente | Retangular, cômodos difusos; sobreposição de atividades em cômodos | Centralização da copa; trapezoidal por se configurar nos limites do terreno, adição de varanda aos fundos | Quadrangular centralizada antes da divisão em duas moradias; configuração longitudinal; sobreposição de atividades em cômodos | Retangular, longitudinal, extensão de cobertura para formar varandas | Retangular, longitudinal; duas moradias (quarto/sala + banheiro) |
| Caracterização área social | Sala compacta pouco usada; convívio no quarto de filhos e no espaço de trabalho | Sala próxima ao quarto de adolescentes, uso para lazer; sala/ cozinha posterior usada como despensa | Centralidade da sala e copa; comunicação da copa com a cozinha por parede baixa | Presença de camas nas salas, uso como quartos de hóspedes | Sala compacta, cozinha e varanda posterior utilizadas também para recepção | Sala compacta, cozinha utilizada para recepção |
| Caracterização área íntima | Quartos concentrados em uma área da casa, ampliação incluiu quarto posterior, usado para lazer | Cômodos dispersos, ausência de portas, banheiro centralizado | Acesso externo a banheiro; distribuição radial dos quartos em torno da área social, presença de suíte | Quartos amplos, presença de suíte, quartos concentrados em uma área da casa | Distribuição radial dos quartos; ausência de portas, separação entre quartos de pais (suíte), filhos e filha | Distribuição radial dos quartos; privatização da suíte |
| Caracterização área de serviços | Construção de espaço de trabalho na casa; ampliação da cozinha, uso de fogão a lenha na varanda posterior | Peças de cozinha e eletrodomésticos dispostos em cômodos distintos; uso de fogão a lenha no quintal | Área de serviços e varanda cobertas; uso de fogão a lenha na varanda posterior, terraço usado como área de serviço | Cozinha ampla aos fundos; lavanderia posicionada na parte frontal; armazenagem de utensílios agrícolas na varanda frontal, uso de terreno vizinho para trabalho | Cozinha como espaço de trabalho da moradora; uso de fogão a lenha na varanda posterior | Acesso externo à lavanderia situada na parte frontal; uso de fogão a lenha na varanda posterior, terraço usado como área de serviço |

Fonte: Quadro e ilustrações elaborados pela autora.

De forma geral, a configuração espacial das residências tem características que se devem ao padrão de parcelamento urbano dos bairros. Na maioria das moradias, verifica-se a configuração retangular longitudinal, principalmente na construção inicial, havendo modificações desta conformação em casos em que houve invasão de terreno vizinho para ampliações (moradia A), construção da residência como anexo à moradia preexistente (moradia B), construção sem afastamentos sobre a divisa do lote (moradia C) e ampliação da casa sobre novo lote adquirido (moradia D). Na moradia C, identifica-se um tipo de organização espacial centralizada em torno da sala e da copa, de maneira que não há área específica de circulação entre os ambientes, o que se assemelha às moradias rurais.

Sobre os usos dos espaços, algumas características como a sobreposição de funções em cômodos ou a não especialização de cômodos foram identificadas, como nas moradias B, D e F. Nas moradias B e D, as ampliações ocorreram de forma incremental, sendo realizadas cômodo a cômodo ao longo do tempo, na moradia B isto concorreu para uma conformação difusa dos cômodos. A concentração dos ambientes íntimos não é uma constante nas residências e percebe-se que há pouca importância conferida à privacidade pela posição dos ambientes e pelas formas de acesso, exceto na moradia F onde a suíte é valorizada e separada do contato com demais cômodos por uma parede na cozinha. Contudo, a individualização pode ser identificada pelas justificativas dos moradores para ampliarem suas casas, geralmente relacionadas à necessidade de mais quartos.

Em relação às cozinhas, identifica-se a presença de fogões a lenha em varandas e ambientes externos na maioria das residências, sendo que há uma continuidade de uso de cozinhas, varandas, área de serviço e quintais na maioria dos casos. Nos casos das moradias C e F, há presença de lavanderia em local separado, na parte frontal, sendo que na moradia B as áreas caracterizadas como serviços estão difusas. Nas moradias A, D e F são realizadas atividades de trabalho, sendo que na moradia A um amplo espaço foi construído pelo morador para este fim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos modelos residenciais selecionados, corroboro a ideia de hibridismos com o vernáculo presente na arquitetura popular. Identifiquei aspectos da modernidade que se mesclaram com as tradições, como a semelhança da configuração de casas com tipos rurais ou a presença de fogões à lenha, ao mesmo tempo em que há o desejo de individualização pela construção de novos quartos nas moradias. A presença de espaços destinados para trabalho demonstra que, devido às restrições econômicas, a casa não deixa de ser uma unidade de produção neste contexto, pois diversas atividades produtivas são realizadas em cozinhas, anexos, lotes vizinhos, quintais e terraços. Em um dos casos, a casa própria se tornou um empreendimento imobiliário, à medida que foi compartimentada ou aumentada pela adição de lajes e anexos, destinando cômodos e andares para o aluguel, rentabilizando a moradia.

Apesar de não ser o objeto desta pequena investigação, a influência da tecnologia nos padrões de consumo é notável nas casas autoconstruídas, tanto pelo emprego de materiais de construção industrializados e vendidos a um preço mais acessível, quanto pela presença de produtos tecnológicos de última geração em certos cômodos. Isto demonstra as influências da modernidade tanto nos modos de vida das pessoas quanto em seus modos de habitar.

O intento desta análise foi identificar aspectos de tradição e modernidade presentes em espaços domésticos construídos nas fronteiras entre o vernacular e o popular. Longe de estabelecer generalizações sobre estas características, ressalto que minha discussão se insere em um contexto muito específico de autoconstrução em um bairro periférico de uma cidade média de Minas Gerais, a partir de reflexões que surgiram após a realização da referida pesquisa de mestrado.

5 AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Aline Werneck Barbosa de Carvalho e ao professor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan pelas saudosas orientações durante minha pesquisa de mestrado, pelos ensinamentos e discussões sobre o tema do morar que tanto contribuíram para meus interesses de investigação. Também sou grata à professora Neide Pinto pelas contribuições com referências bibliográficas e discussões durante o curso que realizei enquanto estudante não vinculada, da disciplina Espaço Doméstico e Transformações Sociais, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Agradeço, também, aos revisores envolvidos na edição do V ENANPARQ, que contribuíram para a primeira versão do texto.

6 REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. M. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CARVALHO, V. C. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2008.
- COSTA, L. Documentação Necessária. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 01, p. 31-39, 1937.
- FREYRE, G. *Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife: Artenova; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- ICOMOS. *Charte du Patrimoine Bâti Vernaculaire*. México: 1999. Disponível em http://www.icomos.org/charters/vernacular_f.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.
- LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARX, M. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991
- MONIOS, J. M.; OLIVEIRA, A. M. V. Arquitetura vernácula e popular em Goiânia. In: KNEIB, E. C. (Org.) *Projeto e cidade: ensaios acadêmicos*. Goiânia: Funape, p.271-288, 2013.
- MONTANER, J. M. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- OLIVEIRA, A. M. V. Arquitetura como fenômeno cultural: a casa brasileira. *Estudos – Arte e tecnologia: Revista da Universidade Católica de Goiás*, Goiânia: Editora da UCG, v. 28, n.1, p. 11-24, 2001.
- OLIVER, P. *Shelter and society*. New York: FA Praeger, 1969.
- _____. Why study vernacular architecture? (1978) In: _____. *Built to meet needs: Cultural issues in vernacular architecture*. Oxford: Elsevier Ltd, 2006.
- PEREIRA, S. M. *Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa através da casa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- RAPOPORT, A. *House form and culture*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969
- REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- RYBCZYNSKI, W. *Casa: pequena história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SOUZA, M. F. *Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.
- TEIXEIRA, C. M. Considerações sobre a arquitetura vernácula. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, 2º sem. 2008.
- VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WISNIK, G. A arquitetura lendo a cultura. In: NOBRE, A. L. (Org.). *Um modo de ser moderno: Lúcio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

NOTAS

- 1 Exposição *Architecture Without Architects*, realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), onde foram apresentadas fotografias de um amplo panorama de construções ao redor do mundo. Tinha o objetivo de questionar e romper com a ideia de arquitetura oficial, comercial e universal, oferecendo um ponto de partida para a exploração da arquitetura vernacular, anônima, espontânea, indígena ou rural, como referidas por Rudofsky. Deu origem a um livro publicado no mesmo ano da exposição.
- 2 O catálogo da exposição *Architecture Without Architects* bem como outros registros fotográficos da mesma se encontram disponíveis em: <https://www.moma.org/calendar/exhibitions/3459>, acesso em 10 de dezembro de 2021.
- 3 Uma das raras imagens encontradas da capa da publicação *Shelter and Society*, encontrada em um site de vendas de livros usados. Disponível em <https://www.amazon.com/Shelter-Society-Paul-Oliver/dp/0214202003>, acesso em 10 de dezembro de 2021.
- 4 Relatos sobre a obra e outras imagens presentes na publicação de *House Form and Culture* foram disponibilizados pelo site de conteúdos de arquitetura *Rethinking the Future*. Disponível em <https://www.re-thinkingthefuture.com/rf-architectural-reviews/a4568-book-in-focus-house-form-and-culture-by-amos-rapoport/>, acesso em 10 de dezembro de 2021.

5 Emblemáticos croquis de Lúcio Costa se encontram no artigo Documentação Necessária, publicado na primeira edição da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, datada de 1937. A partir de 2015, diversos números do periódico e outros acervos documentais foram digitalizados e disponibilizados para acesso público online no portal do IPHAN. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf, acesso em 10 de dezembro de 2021.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).